

ANALFABETISMO E EMIGRAÇÃO

— o caso do distrito do Porto no século XIX

por **Jorge Fernandes Alves**

A elevada expressão de analfabetismo na emigração portuguesa oitocentista para o Brasil tornou-se um tema recorrente na literatura da especialidade. Em causa estaria o decréscimo qualitativo da nossa corrente emigratória, apontado como causa do declínio do papel tradicional da comunidade portuguesa no Brasil face aos contingentes imigratórios originários de outros países. Por outro lado, questionava-se o tipo de selecção social conducente à emigração. Nesta linha dirá Oliveira Martins: «*Desde que a miséria é a causa principal da emigração, necessariamente os emigrantes são os menos instruídos e habilitados para ganhar a vida*»¹. O tom estava dado e autores como Afonso Costa² ou Fernando Emygdio da Silva³ limitar-se-ão a glosá-lo, tanto mais que as estatísticas dos inícios do novo século mostravam o agravamento da situação neste domínio.

Neste quadro, o presente texto, retomando investigação anterior, procura contribuir com uma análise regional sobre os níveis de alfabetização dos emigrantes para períodos anteriores aos registados na estatística oficial, com base nas informações dos registos de passaportes

¹ MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editores, 1956, p. 231.

² In *Estudos de Economia Nacional — O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 84-87.

³ In *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio, 1917.

emitidos pelo Governo Civil do Porto⁴. Sublinha-se ainda a percepção da importância do «saber ler e escrever» por parte dos emigrantes, bem como a sua contribuição para o crescimento do parque escolar nacional.

Como já salientamos em outras ocasiões, a análise do fluxo emigratório oitocentista com origem no distrito do Porto evidencia, na observação de longo prazo, a sobreposição de dois modelos: ao lado de uma emigração de características tradicionais, direccionada para o comércio e profissões artesanais, persistente e de volume regular, emerge outra corrente de natureza intrinsecamente rural, marcada pela ausência de qualquer tipo de preparação profissional, originária de grupos sociais fortemente proletarizados e que estava naturalmente destinada aos trabalhos rudes, de natureza braçal, na sociedade brasileira. Se a primeira representava o prolongamento de uma situação colonial, que permitiria alicerçar redes de entajuda e uma certa balcanização do mercado de trabalho brasileiro, traduzida essencialmente no controlo de uma parte substancial do pequeno comércio, a segunda inseria-se na resposta às políticas de atracção de mão-de-obra desenvolvidas pelo Brasil, como tentativa de solução para os problemas resultantes da gradual abolição da escravatura e do crescimento económico então verificado.

É sobre esta segunda componente que normalmente se alicerça o discurso denunciador do analfabetismo como imagem de marca da nossa emigração. No entanto este discurso, ainda que legítimo face aos níveis de escolaridade nacionais, ou mesmo ao seu nível de qualidade, acaba por ocultar todo um esforço familiar desenvolvido no contexto da emigração tradicional no sentido de uma preparação do emigrante, que era assumida tanto ao nível do «saber fazer» artesanal, como no da ministração das primeiras letras que facilitassem o acesso à carreira comercial ou administrativa.

A análise das «ocupações», por exemplo, revela-nos que, em certa medida, havia uma preocupação com a aprendizagem de um «saber fazer» e os documentos familiares (testamentos, doações) e a natureza do mercado de trabalho e do contexto social e económico dizem-nos que essa aprendizagem era, muitas vezes, uma etapa prévia ao percurso migratório. O que se passava, então, no domínio do «saber letrado» dos emigrantes do Porto?

⁴ Cf. o nosso estudo *Os Brasileiros — Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento, 1993.

2.

Na primeira metade do século XIX, quando começam a ocorrer os primeiros escândalos com os «engajamentos», o *saber fazer* e o *saber ler e escrever* eram considerados, a um mesmo nível, como condição necessária ao sucesso na emigração, dado o país de acolhimento ter uma tradição de escravatura para o trabalho braçal, como nos diz a Revista Universal Lisbonense (1842):

*«Os nossos correspondentes de novo recomendam, que não emigrem senão pessoas que tenham ofício ou rapazinhos que saibam ler e escrever bem, e que todos paguem as suas passagens. Todos os mais vão procurar a sua desgraça em lugar da felicidade que supõem»*⁵.

Entre os desejos e a realidade vai quase sempre uma distância incomensurável! Mas a verdade é que, a partir dos testemunhos de emigrantes retornados, pode ganhar-se a convicção de que a preparação literária, ainda que rudimentar, era uma tradição na emigração para o Brasil:

*«Antigamente entendiam os camponeses — e entendiam muito bem — que antes de enviarem um filho para o Brazil era do seu imprescindível dever o manda-lo ensinar a ler, escrever e contar; mas este bom costume obliterou-se com o aparecimento dos engajadores; porque estes não querem saber de aptidões, nem de sexos ou idades: basta-lhes o número de cabeças!»*⁶

Em relação a este testemunho podem obter-se confirmações de origens variadas, desde a recolha de casos em testamentos, aonde os custos com a escolaridade são contabilizados em desconto da legítima, tal como os verificados com a aprendizagem de ofícios, até outros artigos de opinião, ou opiniões oficiais, como a de Tabner de Moraes, governador-civil do Porto, afirmando que dos jovens *«sabe ler o maior número, não, porém, assim com respeito aos de maior idade»*⁷.

Configuram-se também, sob este novo ângulo de observação, dois tipos de comportamentos: na emigração tradicional, relativamente planeada, inserida na lógica familiar de distribuição profissional, a instrução, ainda que rudimentar, torna-se uma preocupação das famílias com crianças candidatas à emigração; na emigração emergente com os novos

⁵ In «Emigração», *Revista Universal Lisbonense*, 1.^a série, 4.^o tomo, p. 23.

⁶ SANTOS, J. R. de Oliveira, «Emigração», *O Commercio do Porto*, de 25 de Novembro de 1886.

⁷ In *Primeiro Inquerito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa nacional, 1873, p. 176.

processos brasileiros de atracção para garantir força de trabalho braçal e envolvendo as massas proletarizadas, favorecida por contratos prévios que garantem a deslocação do emigrante, a questão da educação escolar não se coloca, porventura, constituiria até um obstáculo, dado o rasgar de horizontes que o saber ler implica, as expectativas que cria e o suscitar de confronto permanente entre o idealizado e o vivido, potencial foco de tensão. Este aspecto era objectivamente acautelado nas práticas de «engajamento», quando se davam instruções como as do barão de Nova Friburgo aos seus agentes para se contratarem apenas «os filhos de lavradores do campo e que nunca tiveram outra occupação, fortes, sadios, de 14 até 18 anos pouco mais ou menos (não se admite sob pretexto algum gente das cidades ou das villas)»⁸.

Assim, se, no auge do engajamento, os serviços consulares denunciavam a massa de serviçais e trabalhadores rurais que desembarca no Rio de Janeiro como analfabeta, já de uma zona aonde a tradição comercial portuguesa continuava a impôr-se — o Pará — se obtinha a seguinte informação:

*«Em geral sabem ler, escrever, e as quatro operações arithmeticas, mas imperfeitamente. Talvez $\frac{3}{4}$ dos imigrantes estejam nesta classe. Ha n'ellas poucos que saibam aquellas materias perfeitamente, muito poucos que possuam a instrucção primaria do 2.º grau, menos ainda que tenham instrucção secundaria e são raros os que possuem instrucção superior. Em geral porém possuem o sufficiente da instrucção da profissão a que se dedicaram, segundo os processos antiquados, que a rotina tem transmitido, não faltando em quasi todos grande facilidade de aprender e de adaptação, e muitos desejos de augmentarem os seus conhecimentos praticos e theoreticos»*⁹.

Esta referência ao gosto pela aprendizagem não é uma figura de retórica. Para além do papel das associações portuguesas no Brasil, algumas das quais mantinham escolas, é importante referir o papel de auto-aprendizagem e de ensino em grupo que os caixeiros promoviam, nomeadamente, no domínio da escrituração comercial. O Conde de Ferreira enviava regularmente a alguns dos seus correspondentes remessas

⁸ In «Instruções para engajamento de colonos em Portugal», *O Commercio do Porto*, n.º 243 de 23 de Outubro de 1861. As instruções estão datadas de 1858 e a sua publicação insere-se no processo público relativo à questão do Barão de Moreira, cônsul português no Rio de Janeiro que largos sectores da emigração pretendiam destituir.

⁹ In *Primeiro Inquerito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa...*, p. 141.

de um manual desses publicado por Domingos de Almeida Ribeiro, que foi comerciante, professor no Liceu do Porto, seu secretário e testamentário. Os espaços publicitários dos jornais do Porto referem-se, de vez em quando, a publicações deste tipo. O anúncio mais interessante, pelas considerações sobre o saber que encerra, é que se publica em *O Commercio do Porto* (em Abril de 1880), divulgando a «Biblioteca dos Caixeiros de Commercio em Portugal e no Brazil», a publicar em fascículos (em número de 52) e dirigido por José Joaquim Rodrigues de Freitas, o lente de comércio e escrituração comercial na Academia Politécnica do Porto e conhecido deputado republicano.

Infelizmente, a questão do «saber ler e escrever» dos emigrantes não suscitou uma interrogação inicial por parte das autoridades, pelo que só dispomos de alguma informação nos registos de passaportes a partir de 1860, descontando algumas referências esporádicas anteriores. De forma sistemática, surge-nos, então, a indicação de «não sabe escrever», ou «não sabe assinar», sendo omissos os casos opostos, o que é manifestamente pouco. Assim, nada mais nos informa sobre o tipo de capacidades do indivíduo no campo da escrita e da leitura. Sabe-se como muitas vezes a capacidade de assinatura se reduzia a isso mesmo, aprendendo-se a desenhar o nome apenas para efeitos burocráticos. Em todo o caso, a situação não é original, já que esta será a base para a classificação geral de analfabeto ou de alfabetizado, incluindo a da estatística oficial até ao século XX.

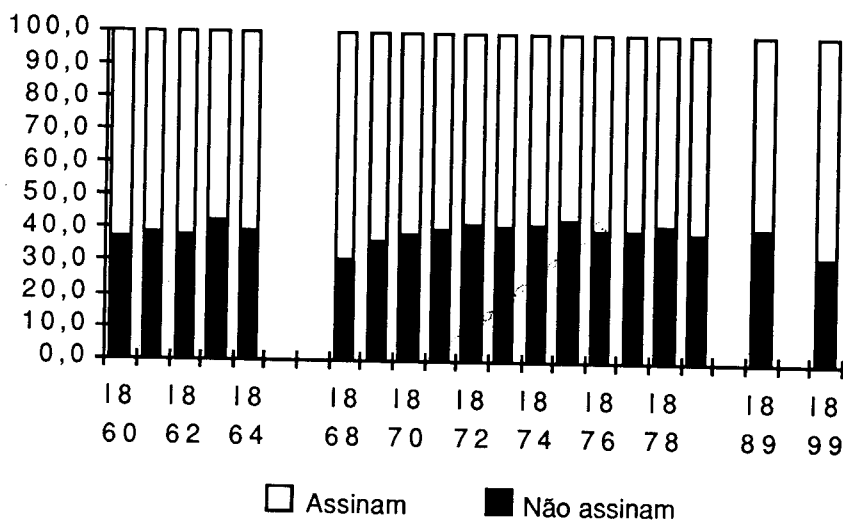
Não existindo no Arquivo do Governo Civil do Porto os «processos» que serviam de base à concessão do passaporte para os anos em estudo, não nos é possível ir mais longe¹⁰. Anotemos ainda outra restrição, referindo que aquele tipo de informação só nos surge para os titulares de passaporte e não para os acompanhantes, sendo estes, na sua maioria, crianças e mulheres. Assim, identificando o que não sabe assinar como analfabeto, e correndo o risco de assumirmos que o caso contrário corresponde ao de alfabetizado, podemos avançar com alguns elementos estatísticos. Lançando mão dos dados disponíveis (Gráf. I), podemos observar que as taxas de analfabetismo da emigração rondam, no Porto, os 40%, estimativa que, com pequenas variações¹¹, se prolonga desde

¹⁰ Para um exemplo da análise possível sobre alfabetização/analfabetismo com base nos processos de emigração (núcleos conglomerando documentação vária, incluindo o requerimento de pedido) cf. RODRIGUES, Henrique Fernandes, *A emigração do Alto Minho, 1835-1860 — a miragem do Brasil*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de mestrado, 1991.

¹¹ Os anos de 1865-67 foram aqui excluídos por apresentar níveis de alfabetização demasiado baixos, pouco credíveis, havendo indícios de que o registo

1860 até aos inícios deste século, sugerindo um comportamento padronizado neste domínio, pois só na viragem secular surgem pequenos indícios de mudança, que de resto não se confirmam, segundo as estatísticas oficiais¹².

Gráf. I - Distrito do Porto - analfabetismo e alfabetização na emigração, 1860-1899
(%)



Se descermos a uma análise de pormenor, poderemos tirar outras ilações. O analfabetismo varia com a natureza de cada fluxo: sempre que a emigração cresce significativamente, isto é, quando se verifica uma

deste tipo de informação foi descurado nestes anos. Naturalmente, que este é um risco a que está sujeita toda a série.

¹² As estatísticas oficiais acompanham com grande sintonia os níveis de alfabetização e analfabetismo aqui apresentados. Alguns exemplos do analfabetismo na emigração do Porto, segundo a estatística oficial: 1885 — 39%; 1900 — 34,7%; 1901 — 40,9%; 1905 — 48,4%; 1906 — 52,3%; 1911 — 46,05%. A partir do início do século XX cresce claramente, como se vê, o analfabetismo nesta corrente migratória, facto que se deve, sobretudo, à cada vez maior participação do sexo feminino.

maior intensidade na saída de emigrantes de origem rural, a taxa de analfabetismo cresce correlativamente; o mesmo se poderá dizer, com o aumento da emigração feminina. Quando a emigração apresenta um fluxo mais ténue, assegurando a corrente tradicional, mais marcada pelos jovens e pelo sexo masculino, verifica-se, inversamente, um ligeiro decréscimo do analfabetismo.

Quadro I - Titulares de passaportes do Porto
Analfabetismo e alfabetização

Anos	Total Geral	Mulheres			Homens			Total		
		Nº	Analf.	%	Nº	Analf.	%	Analf.	Analf. %	Alf. %
1860	2252	22	12	54,5	2230	813	36,5	825	36,6	63,4
1861	2365	125	85	68,0	2240	820	36,6	905	38,3	61,7
1862	2264	79	49	62,0	2185	796	36,4	845	37,3	62,7
1863	2202	104	65	62,5	2098	863	41,1	928	42,1	57,9
1864	1992	97	55	56,7	1895	715	37,7	770	38,7	61,3
1868	2003	156	73	46,8	1847	529	28,6	602	30,1	69,9
1869	2656	221	144	65,2	2435	810	33,3	954	35,9	64,1
1870	2864	174	113	64,9	2690	971	36,1	1084	37,8	62,2
1871	3634	216	146	67,6	3418	1289	37,7	1435	39,5	60,5
1872	4142	301	228	75,7	3841	1466	38,2	1694	40,9	59,1
1873	3067	289	210	72,7	2778	1023	36,8	1233	40,2	59,8
1874	3733	318	243	76,4	3415	1303	38,2	1546	41,4	58,6
1875	3801	286	220	76,9	3515	1390	39,5	1610	42,4	57,6
1876	2907	210	148	70,5	2697	1012	37,5	1160	39,9	60,1
1877	2735	298	246	82,6	2437	829	34,0	1075	39,3	60,7
1878	2259	255	201	78,8	2004	723	36,1	924	40,9	59,1
1879	2387	1	1	100,0	2386	925	38,8	926	38,8	61,2
1889	3059	300	200	66,7	2759	1032	37,4	1232	40,3	59,7
1899	1701	190	116	61,1	1511	431	28,5	547	32,2	67,8

Assim, também é notória a diferença de níveis de alfabetização intersexos, o que não admira, uma vez que a sociedade tradicional produzia uma importante segregação no acesso à escolarização, penalizando o sexo feminino, que procurava orientar para os trabalhos caseiros, exigindo, inclusivamente, de forma intensiva, a força de trabalho destas crianças para as lides domésticas e ajuda na criação dos filhos mais

novos. Em termos simples, podemos dizer que por cada 3 mulheres que emigravam só uma sabia escrever, em média, enquanto por cada três homens emigrantes dois o faziam (Quadro I).

Em termos gerais, a alfabetização dos emigrantes do Porto rondava, pois, os 60%, o que estando longe dos níveis apresentados pelos países mais desenvolvidos da época, era, no entanto, melhor do que a média nacional. Pelos números oficiais da última década do século passado, a taxa de analfabetismo na emigração nacional oscilou anualmente entre os 54 e 68%, incluindo a das ilhas atlânticas, facto que penalizava um pouco a taxa, uma vez que a emigração era aí pesada e com elevado analfabetismo (cerca de 70%)¹³, pelo que o Porto apresentava um diferencial para menos que rondava os 20%.

3.

Este quadro remete-nos obviamente para a situação escolar do século passado, colocando-nos interrogações sobre a relação deste analfabetismo emigratório com o da população que permanecia em território nacional. A questão é esta: o fluxo emigratório era mais ou menos letrado que a população residente, ou era apenas uma amostra representativa dessa população, apresentando níveis semelhantes? Toca-se, assim, a problemática da selecção social do emigrante, bem como a do capital humano nele envolvido.

Uma perspectiva comparada do analfabetismo, a diversos níveis, revela-nos que a emigração do distrito do Porto está longe de se reduzir às camadas sociais menos preparadas em termos escolares (Quadro II).

Quadro II- Analfabetismo na população e na emigração (%)

	1878	1890	1900
Continente	79,4	76,1	74,1
Porto - rural (H)	63,4	64,6	58,9
Porto - cidade (H)	40,8	35,3	36,2
Emigração Porto (H)	38,8	37,4	28,5

Fontes : Ramos, Rui, "Culturas da alfabetização", ob. cit.
Censos da população

¹³ Para além da estatística oficial, cf. SILVA, Fernando Emygdio da, ob. cit., pp. 196-198.

Sublinhemos, uma vez mais, que a nossa análise tem uma incidência regional, o que limita a sua expressividade, mas dado o relevo que a emigração portuense assume no contexto nacional e no prolongamento da rede migratória tradicional para o Brasil, é importante referir que este fluxo migratório é muito mais alfabetizado do que a população do Continente em geral. E, sobretudo, é mais alfabetizado do que a população rural do distrito de origem. Curiosamente, os níveis de analfabetismo encontrados na emigração são similares aos da população urbana, o que nos vem reafirmar a natureza complementar entre a emigração e o êxodo para a cidade, conhecida que está a capacidade de centripetação do Porto urbano, em que cerca de metade da sua população era de origem exterior. Estamos, assim, perante o reconhecimento daquilo que se pode conceber como uma norma no êxodo rural, ou seja, o papel mobilizador da escolaridade, que leva a fugir dos campos precisamente os mais instruídos. O destino pode ser a cidade ou a emigração, acontecendo esta última quando diminui a dinâmica económica e social daquela e se torna incapaz de responder às expectativas individuais dos que a procuram, sobrepondo-se-lhe, então, o «horizonte mítico» e longínquo que gerações sucessivas procuraram.

Naturalmente que, a nível nacional, o panorama é mais denso, e quando se verifica a explosão emigratória dos distritos interiores a média de analfabetismo acentua-se pesadamente. Esta disparidade regional na alfabetização também contribui para explicar a maior visibilidade de sucesso emigratório a partir da região do grande Porto.

De qualquer modo, um nível próximo dos 40% de analfabetos na corrente portuense era ainda demasiado, sobretudo se acrescentarmos que, em muitos casos, a alfabetização deveria ser muito débil, resumindo-se talvez à assinatura, embora uma parte soubesse ler, escrever e contar. Pouco, ou como diria um emigrante de retorno, «*minguados conhecimentos, em todo o caso, um princípio, um início, uma primeira porta descerrada*»¹⁴. Tudo fruto de um estado de coisas que radica no fracasso da política educativa liberal, que autores como Yasemin Soisal e David Strang tipificam como «*construção retórica da educação de massas*»¹⁵. Política essa que fez do nosso país um dos pioneiros na

¹⁴ SANTOS, J. R. de Oliveira, «Instrução primaria e emigração», *O Comercio do Porto*, de 4.12.1886.

¹⁵ Cf. SOYSAL, Yasemin Nuhoglu e STRANG, David, «Construction of the first mass education systems in the nineteenth-century Europe», *Sociology of Education*, 1989, vol. 62, pp. 277-288. Os autores apresentam uma tipologia, que além do apresentado, inclui: o tipo de «construção estatal da educação», nas situações de legislação compulsória e implementação efectiva do sistema, ocorrendo em

legislação compulsiva da escolaridade, ao mesmo tempo que se mostrava incapaz de realizar eficazmente o sistema educativo, apresentando taxas de escolarização das mais baixas no contexto ocidental.

Com efeito, a Carta Constitucional outorgada em 1826 já declarava que «*a instrução primaria é gratuita a todos os cidadãos*» (art. 145, § 30). O «Plano da Instrução Primária», de 1836, no consulado de Passos Manuel, considerando a reforma dos Estudos como a primeira necessidade da época actual, tornava livre a criação de escolas primárias, obrigando-se o Estado a fazer subsistir as escolas já existentes e a criar outras em locais onde pudesse haver frequência de 60 crianças. Com Costa Cabral, através da lei da Instrução Pública, de 20 de Setembro de 1844, legislava-se o figurino que as escolas primárias adoptariam durante longo tempo, com a sua divisão em graus, sendo de 1.º grau as escolas já criadas e de 2.º grau as criadas daí para a frente, além de prever as «escolas normais» para formação de professores; além disso, estabelecia a obrigatoriedade da frequência escolar para as crianças entre os 7 e os 15 anos que habitassem no raio de um quarto de légua da escola, estabelecendo uma sucessão de avisos, intimações, repreensões e multas de 500 a 1\$000 réis, com ressalva para a prova de assegurar melhor educação particular ou de extrema pobreza, penalizando ainda os analfabetos, os quais seriam preferidos para o recrutamento militar. Medidas que não intimidavam os alunos e suas famílias, pois todas as informações confirmam a opinião expressa por Tabner de Moraes: «*As escolas são pouco frequentadas e os alumnos apenas adquirem algumas noções de leitura e de escrita, abandonam-nas*»¹⁶.

No entanto o parque escolar cresceu sempre muito lentamente. Rodrigues de Freitas quantifica-nos a evolução verificada na criação de escolas, desde as 440 (mais 15 nas Ilhas e 24 no Ultramar) de iniciativa pombalina (Lei de 6.11.1772), com mais 46 (e uma no Ultramar) no ano seguinte (Dec. de 11.11.1773). Até 1820 criam-se apenas mais 26 escolas. Em 1845, totalizavam 1075 masculinas e 41 femininas. Em 1866 subiam a 2123 (1837 e 286 para os diferentes sexos)¹⁷. Este cômputo nacional das escolas traduzia-se forçosamente por uma repre-

países onde se verificou uma aliança entre Estado e Igreja nacional (Dinamarca, Suécia, Noruega e Prússia); e o tipo de «construção social da educação», com a expansão do sistema sem grande interferência do Estado, nos países com grandes conflitos sociais e onde não se verificou, para este efeito, a aliança entre Estado e Igreja (França, Holanda, Reino Unido, E.U.).

¹⁶ *Primeiro Inquérito Parlamentar...* p. 174.

¹⁷ Cf. FREITAS (Junior), J. J. Rodrigues de, *Notice sur le Portugal*, Paris, Imp. Paul Dupont, 1867, pp. 134-141 e mapa final. Cf. com o artigo «Ensino

sentação escassa junto das populações, como se pode comprovar pela quantificação do parque escolar no distrito do Porto para os meados do século passado (Quadro III).

Quadro III- Escolas e alunos no distrito do Porto, 1855-56

Concelhos	Freguesias	Nº de escolas				Nº de alunos			
		Régias		Particulares		E. Régias		E. Particulares	
		Nº	S. M.	S. F.	S. M.	S. F.	S. M.	S. F.	S. M.
Amarante	41	7		16	4	243		274	59
Baião	20	5				267			
Bouças	13	3		5	5	103		104	93
Felgueiras	34	5		8		285	45	165	31
Gaia	23	7		7	2	325		292	38
Gondomar	11	2		8		158	5	172	3
Lousada	27	4		6		130		146	
Maia	20	3		3		120		61	5
Marco C.	34	10		5	1	212		140	10
Paços de F.	16	3		1		136		40	
Paredes	23	5		3		141		44	10
Penafiel	43	8		1		239		24	
Porto	12	4	6	48	59	234	154	1522	1030
Póvoa de V.	10	2		4		126		158	
Santo Tirso	31	6				323			
Valongo	5	1		5	3	19		191	60
Vila do Conde	27	3		9		164	4	219	84
Totais	390	78	6	129	74	3225	208	3552	1423

Fonte:

Barão do Vallado, Relatório apresentado à Junta... 1856, Anexo nº 13

S.M - sexo masculino S.F. - sexo feminino

A escassez de escolas oficiais era, então, confrangedora, especialmente se tivermos em atenção o número de freguesias que compunham cada concelho, pois o total destas escolas apenas representa 22% desse

Primário e Analfabetismo» in SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, 2.º vol., Porto, Liv. Figueirinhas, 1981, pp. 392-397. E CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1986. Para uma análise actual, NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, 2 vols., Lisboa, INIC, 1987.

número. Na época, o paralelismo das escolas particulares salvava a situação em muitos locais, permitindo o acesso à escolarização de um número de alunos maior do que o do ensino público, ganhando relevo o contraste no que se refere ao sexo feminino, praticamente abandonado pelo Estado. A procura da educação fazia, assim, surgir escolas particulares, colmatando as lacunas oficiais, apesar das promessas estabelecidas em lei sucessivas. Mas as escolas particulares, criadas em função do mercado, não tinham uma distribuição geográfica homogênea, pois das 795 contabilizadas em 1866, cerca de 63% (502) concentravam-se nos distritos de Porto e Lisboa¹⁸. Naturalmente que existiam ainda os professores particulares, nos quais não terá sido de desprezar a participação de membros do clero, muitos deles, de resto, obrigados a actividades de recurso, como esta do ensino, para sobreviverem.

Nova legislação, em 1878 (lei de 2 de Maio¹⁹), procurou contornar o problema, estabelecendo a regra de uma escola para cada sexo em cada freguesia, podendo existir uma para duas freguesias quando os alunos não excedessem 60, renovando a obrigatoriedade de frequência (antes não cumprida) para as crianças dos 6 aos 12 anos, com a ressalva das que residissem a mais de 2 Kms duma escola gratuita. Mas a lei de 1878, na linha da política descentralizadora que enformava o novo código administrativo, transferia as obrigações com a construção, manutenção e pagamento do corpo docente para as autarquias, o que se veio a revelar um grande fracasso, pois não se teve em conta o carácter incipiente da organização do poder local na altura, não foram acauteladas contrapartidas financeiras, além de que, muitas vezes, eram os senhores locais, dominando o aparelho do poder autárquico, os primeiros que estavam contra a criação de escolas, as quais levariam a uma sobrecarga fiscal de que não queriam ser responsáveis nem vítimas²⁰.

A inércia do ensino público nesta época é notória, conforme nos elucida um circunstanciado relatório da 2.^a circunscrição escolar (distrito de Porto e Aveiro) referente ao ano de 1883. Basta talvez dizer que, face ao preconizado na lei e no distrito do Porto, careciam ainda de escola masculina 197 freguesias e de escola feminina 317. E 40% dos alunos aprovados em exame eram oriundos do ensino livre, englobando este as

¹⁸ Cf. FREITAS, Rodrigues de, ob. cit.

¹⁹ Completada pela Lei de 11 de Junho de 1880 e Regulamento de 28 de Julho de 1881.

²⁰ Cf. FREITAS, Rodrigues, «O ensino primário e as corporações locais», *O Commercio do Porto*, de 24 de Junho de 1882. *Idem*, «A lei de instrução primária», *ibidem*, de 13 de Abril de 1882. O autor desenvolveu ao longo da vida uma importante acção pelo desenvolvimento do ensino, pelo que são numerosos os seus artigos sobre o tema, em diversas publicações.

escolas de iniciativa individual e as mantidas por associações²¹. Apesar dos apelos à sociedade civil claramente expressos pela reforma de 1878, procurando envolver filantropos, organizações cívicas e associações mútuas com as autarquias, a resposta será insatisfatória, salvo o caso de «brasileiros» que são, como veremos, responsáveis por uma fatia significativa do parque escolar oitocentista, pelo que a responsabilidade pelo ensino primário regressou ao poder central em 1890²².

4.

No meio das polémicas e das indecisões sobre a vulgarização do ensino, o facto de os antigos emigrantes do Brasil surgirem como «*os mais ardentes propugnadores da instrução popular em Portugal — prova até que ponto elles, que aprenderam no exilio, entre as multiplices necessidades da vida e os motejos de estranhos, a conhecer os beneficios da instrução, a consideram como remedio, se não unico, pelo menos o mais seguro e efficaz, para melhorar as condições da nossa emigração*»²³.

Foi essa necessidade de instrução, profundamente vivida, que levou a que os emigrantes exercessem no Brasil acções de ensino, dinamizadas através das organizações associativas, como, num exemplo entre tantos, a do *Grémio Literário e Comercial Português*, no Pará, criado em 1867 e que assegurava aulas de português, francês, inglês, aritmética e escrituração comercial. Neste contexto, o cônsul português desse distrito referia a procura de instrução por parte dos emigrantes que seguiam a carreira comercial, afirmando: «*há muitissimos individuos que aqui chegaram completamente analfabetos ou com rudimentares noções de leitura e escrita, e hoje leem e escrevem correntemente,*

²¹ As escolas de ensino livre eram, nesta circunscrição, em número de 229, das quais 179 de iniciativa individual, asseguradas pelos professores ou directores. Estas escolas permitiam a frequência de 9988 alunos (contra 21933 inscritos nas escolas públicas e 15331 presenças efectivas, para um total de 420 escolas). Naturalmente que, sendo o ensino livre pago pelos pais, representava uma forma de selecção social, por isso não admira que na transição para o secundário, o ensino público tenha aqui contribuído com 9,7% da frequência e o livre com 21%. Cf. Anónimo, «Instrução Primária», *O Commercio do Porto*, n.º 47 de 22.02.1883.

²² Para uma problematização geral, cf. RAMOS, Rui «Culturas de alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo», *Análise Social*, n.º 103.104, 1988, pp. 1067-1145. No sentido da discussão do binómio educação/modernização, cf. o número temático da revista *Colóquio- Educação e Sociedade*, n.º 2, Fevereiro de 1993.

²³ SANTOS, J. R. de Oliveira, ob. cit.

contando-se mesmo bastantes que conseguiram adquirir uma regular cultura»²⁴. No mesmo sentido ía a opinião do cônsul do Pernambuco, que embora considerando a instrução dos emigrantes rudimentar, salientava o papel na aprendizagem local, em escolas brasileiras, reconhecendo o desnível entre os seus cálculos do analfabetismo existente na colónia, que estimava apenas em 10%, e os das estatísticas oficiais portuguesas²⁵.

Importante, porém, pelo largo alcance social, foi o vector da educação na prática filantrópica dos «brasileiros» de retorno, e mesmo de muitos que permaneciam no Brasil mas de lá mantinham contacto com a terra natal. Para lá da instituição ou doação de asilos e hospitais, destinadas a velhos e desprotegidos, os portugueses da emigração desenvolveram uma importante acção pedagógica, através da imprensa, tanto na defesa da alfabetização como meio de dignificar e valorizar o emigrante, como na sensibilização para as vantagens nacionais que adviriam de uma emigração qualificada. Mas, homens de acção e menos de palavras, passaram aos actos e contribuíram generosamente para a implementação de escolas e/ou sua sustentação.

O gesto de maior alcance quantitativo nesta área vai, naturalmente, para o Conde de Ferreira, que, à hora da morte deixou um legado para a construção e mobília de 120 casas para escolas primárias de ambos os sexos em terras que fossem cabeças de concelho, todas segundo a mesma planta e com habitação para o professor, sendo, depois de terminadas, entregues às respectivas juntas de paróquia. O seu custo por unidade não devia exceder 1200\$000, orçando, portanto, o legado num total de 144 contos de réis, valor considerável se nos lembrarmos que, anualmente, o poder central dispunha de 200 contos e o local com 50 para o ensino primário²⁶. Na altura do seu falecimento, em 1866, este e

²⁴ RAMOS, José, «Do consul de Portugal no Pará à Sociedade de Geographia de Lisboa», *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, n.ºs 5-6, 31.ª série, Maio-Junho de 1913, p. 215. Um exemplo vivo e muito conhecido da aprendizagem escolar no Brasil por parte destes emigrantes é o de Francisco Gomes de Amorim, natural da Póvoa de Varzim, que partindo para o Pará, pelos 10 anos de idade, mais ou menos analfabeto, dez anos depois regressa a Portugal, com o patrocínio de Garrett, tornando-se um escritor de mérito, autor de uma numerosa bibliografia, aonde perpassam frequentemente os dramas da emigração.

²⁵ Cf. SANTOS, José Augusto Ribeiro de, «O consul de Portugal no Pará à Sociedade de Geographia de Lisboa», *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, n.ºs 8-9, 31.ª série, Agosto-Setembro de 1913, p. 293.

²⁶ COSTA, D. António, *História da Instrução Popular em Portugal*, Porto, Ed. Educação Nacional, 1935, p. 266. Como este autor sublinha, Domingos de Almeida Ribeiro foi o redactor do testamento e passou por ser o inspirador desta

outros legados (como o do Hospital de Alienados) do velho Conde, conotado com o cabralismo e há muito afastado da ribalta pública, representaram um abanão para a opinião pública, sobretudo como exemplo de que a caridade também se podia exercer pela construção de escolas, e não apenas através de obras de piedade²⁷. Sabe-se como as escolas de antigamente, entre outras debilidades, tinham no edifício o maior «handicap», pois raramente possuíam casa própria, improvisando-se em casas alugadas, sem o mínimo de condições higiénicas e pedagógicas (móvel, espaço, arejamento, iluminação). Na altura, o governo, através de Martens Ferrão e de acordo com os testamentários, publicou legislação especial (lei de 27 de Junho de 1866), estabelecendo que para concorrer ao legado as câmaras municipais dispusessem de uma verba de 400\$000 réis para acrescentar à legada. A própria lei estipulava o plano de obras e de móvel, estabelecendo, deste modo, um modelo arquitectónico escolar que ainda hoje funciona em muitos casos e que se tornou modelo em Portugal, generalizando-se o modelo de construção para além do legado estipulado. Se a acção filantrópica que merece maior destaque do Conde de Ferreira é uma obra póstuma, houve situações em que a construção de escolas se desenvolveu ainda em vida, num processo dádivo que culminava na nobilitação ou, pelo menos, na comenda: citemos, por exemplo, o caso da Maia, com o Visconde de Barreiros, mas muitos outros poderiam ser referidos, como, o do Conde de S. Bento, em S. Tirso, ou o do Visconde de Santa Marinha, em Ferreiró (Vila do Conde).

Mais modestos, muitos serão os «brasileiros» ou seus familiares que, segundo a medida das suas posses, contribuem para a criação do parque escolar português. No distrito do Porto, se correremos as freguesias rurais, não é raro encontrarem-se ainda os edifícios destas velhas escolas, algumas ainda em funcionamento, outras adaptadas já a novas funções ou em estado de ruína. Algumas delas têm no cimo a estatueta do fundador ou, mais simplesmente, o seu nome gravado em relevo numa placa (veja-se o caso do Muro ou de S. Paio de Guimarei, em S. Tirso, o de Gueifães, na Maia, para além das criadas em Barreiros pelo

medida. Se bem que na altura fosse professor do Liceu Nacional, deve, porém, referir-se que Domingos de Almeida Ribeiro fora comerciante na cidade do Porto, nos anos quarenta, tendo ido à falência (1844) e sido ajudado, nessa conjuntura, pelo futuro Conde de Ferreira, tornando-se seu empregado, como guarda-livros. Pouco depois, parte para o Brasil, com procuração do Conde para aí administrar os seus negócios e cobrar dívidas em atraso, voltando a Portugal alguns anos mais tarde, para junto da família. Nesta medida, ele é também um «brasileiro» de retorno, tendo experimentado as vivências da emigração.

²⁷ Idem, *ibidem*, pp. 195-201.

Visconde local e hoje destruídas). Outras, porém, são anónimas e só os documentos antigos guardam as referências a estas obras filantrópicas. Noutros casos, são «brasileiros» que se congregam para dinamizar a iniciativa, contribuindo do seu próprio bolso e apelando às suas relações no Brasil, como aconteceu, por exemplo em Avintes²⁸. Em Leça da Palmeira, é Maria Francisca dos Santos Araújo, irmã de José Pinto de Sousa, que, subitamente enriquecida pela morte daquele no Brasil, manda construir uma escola para o sexo feminino, mobilando-a e acrescentando uma gratificação para a professora oficial²⁹.

A exemplo de muitos emigrantes de retorno, construir uma escola é uma das últimas vontades de José da Silva Carneiro, de Fornelo (Vila do Conde)), que exprime o desejo de «*contribuir quanto possa, nas forças da minha pequena fortuna para o desenvolvimento intelectual e moral do homem, e sendo para mim de fé que só há para isso um meio eficaz, que é a instrução, mas instrução bem entendida, que prepare o homem dignamente para preencher na sociedade o lugar que lhe pertence, ensinando-o a conhecer os seus deveres pelo uso da liberdade da sua consciência e da sua razão*». Nesse sentido deixava 50 acções do Banco Maranhão, no Brasil, para com o seu produto se construir uma casa em Fornelo, com capacidade para escola primária de dois sexos, no caso de, à hora do seu falecimento, ele próprio ainda a não ter construído, devendo o restante do legado ser aplicado em títulos de dívida pública, de modo a financiar o aprovisionamento da escola e o recrutamento dos professores³⁰.

Sublinhe-se, apenas, que esta inclinação para a construção de escolas ou para o apoio à educação das primeiras letras era alvo de alguma contestação social, embora houvesse espíritos mais «iluminados» que a defendiam e incentivavam, alguns dos quais se organizavam em sociedades promotoras da educação. No entanto, vejam-se, a título de exemplo, as queixas na imprensa de um emigrante que, com os seus contributos e a colecta que realizou junto de amigos, conseguiu reparar a igreja paroquial e construir a casa para a escola, mas defronta-se com o pároco local que usa e abusa «*da cadeira parochial para fazer a apoteose da ignorância*», brandindo as estatísticas da criminalidade e

²⁸ Cf. «Propaganda da instrução», *O Commercio do Porto* de 16 de Novembro de 1881. Cf. também «Escolas primarias nas freguesias de Avelãs da Ribeira», *ibidem* de 17 de Julho de 1879.

²⁹ COSTA, D. António, *No Minho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, pp. 293-300.

³⁰ Arquivo Histórico Municipal de Vila do Conde, *Livro de registo de testamentos*, n.º 3206, p. 12.

declarando que o «*analfabetismo é um bem, e a instrução, pelo contrario um grandissimo mal*». Nada tinha o emigrante a obstar contra as ditas opiniões, mas não podia aceitar que este «*apostolo da ignorancia*» tivesse sido nomeado «*delegado parochial — encarregado, portanto, de velar pela regularidade e bom serviço das eschololas primarias da freguezia*»³¹.

Este apoio à construção das escolas por parte da emigração continuará a ser importante, mesmo no século XX, não só em Portugal como no Brasil, aqui no contexto do movimento associativo³².

5.

Concluindo: não se discutindo as elevadas taxas de analfabetismo na emigração, é importante matizar o problema e reconhecer que, pelo menos a nível regional, no caso do distrito do Porto, os emigrantes estavam longe de constituir o grupo menos preparado intelectualmente, ao contrário do que sugere a literatura mais divulgada. Na linha da emigração tradicional, a preocupação familiar com a preparação referente às primeiras letras ía a par do tirocínio em profissões de tipo artesanal, de forma a assegurar o sucesso na sociedade de acolhimento e facilitar a inserção social, sabido que o comércio representava o alvo para onde se dirigiam todas as expectativas. Naturalmente que esta fuga dos «letrados» da sociedade rural apresenta também o reverso da medalha, enfraquecendo o capital humano da população que não emigra e ajudando a compreender a conhecida aversão à alfabetização por parte de grupos dominantes que pretendiam estancar a «hemorragia» da emigração como forma de garantir mão-de-obra em abundância. Por outro lado, esta preparação escolar, ainda que rudimentar, não se pode dissociar do quadro de realização pessoal e da obra de acção social que caracteriza, frequentemente, a acção do emigrante português no Brasil durante o século XIX, nomeadamente pela preocupação de difundir as vantagens da educação e dedicar capitais próprios para a ampliação do parque escolar português.

³¹ Cf. SANTOS, J. R. de Oliveira, «Ainda a emigração e a instrução primaria», *O Commercio do Porto* de 8 de Janeiro de 1887.

³² Cf. SIMÕES, Nuno, *O Brasil e a Emigração Portuguesa (notas para um estudo)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, pp. 67-73.

